

**AUTORIZAÇÃO SUPRESSÃO E DESTOCA DE VEGETAÇÃO Nº 216/2025**

A Secretaria de Meio Ambiente de Uberaba – SEMAM, encarregada de implantar a Política Municipal de Meio Ambiente, fazendo cumprir a Legislação Ambiental vigente, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e pela Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, **AUTORIZA A SUPRESSÃO E DESTOCA VEGETAL** conforme especificado abaixo:

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO

01/22059/2024

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**2.1. NOME:** Céu de Minas Nutrição Animal LTDA.**2.2. CNPJ/CPF:** 07.320.386/0001-68**2.3. ENDEREÇO:** Rodovia BR-050, km 143, Zona Rural, Uberaba-MG**3. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA INTERVENÇÃO REQUERIDA****3.1. NOME:** Rodovia BR-050, km 143, Zona Rural, Uberaba-MG**3.2. Matrícula(s):** 50.798

3.3. ENDEREÇO: A propriedade situa-se na zona rural do município de Uberaba-MG, partindo da Rodovia BR-050, saindo de Uberaba sentido Uberlândia, percorrer aproximadamente 37 km. O empreendimento situa-se no km 143. Coordenadas geográficas de referência: latitude: 19°30'27.42"S e longitude: 48°2'48.93"O.

4. DADOS DA SUPRESSÃO

Serão suprimidas árvores isoladas, de acordo com Decreto nº 47749 de 11/11/2019 em seu artigo 2º, inciso IV.

4.1. MOTIVO DA SUPRESSÃO:

A supressão de árvores isoladas tem como finalidade promover melhorias no empreendimento a fim de alargar a rua de acesso, melhorar acesso ao flotador e desobstruir áreas e passagens importantes (fl. 109).

4.2. ASPECTO FITOFISIONÔMICO:

Área antropizada e Cerradão (fl. 109).

4.3. INTERVENÇÃO EM APP:

NÃO

4.4. AMOSTRAGEM/METODOLOGIA

TIPO

QUANTIDADE

**ÁRVORES ISOLADAS
MÉTODO DE CENSO (100%)**

Nativas

14

Exóticas

Ipês-amarelos

Pequizeiros

Palmeiras

4

Mortas

TOTAL AMOSTRADO:

18

4.5. ÁREA DE SUPRESSÃO**TOTAL (ha):**

0,1113 ha

4.6. COORDENADAS DA ÁREA DE SUPRESSÃO:**FUSO:**

22 K

ÁRVORES ISOLADAS**LATITUDE (Y):**

7840335.25 m S

LONGITUDE (X):

809963.57 m E

4.7. INDIVÍDUOS ARBÓREOS A SEREM PRESERVADOS:

(X) NÃO

() SIM

QUANTIDADE:

5. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO**5.1 ÁRVORES ISOLADAS**

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de Floresta Nativa	6,5794	m³
Madeira	Madeira de Floresta Nativa	0,6834	m³
Total Isoladas	Lenha + Madeira	7,2628	m³

5.2 DESTINAÇÃO

Uso interno no empreendimento.

5.3. OBSERVAÇÃO:

Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extraído, e a seus resíduos, oriundo de intervenção ambiental autorizada.

§ 1º O aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos florestais oriundos de intervenção ambiental autorizada no Estado poderá ser feito:

I - na mesma propriedade na qual a intervenção ambiental foi autorizada, de todas as formas previstas nos incisos XX e XXIX do art. 2º, admitida a incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*;

II - como comercialização de produtos e subprodutos a terceiros;

III - como doação de produtos e subprodutos a terceiros.

Art. 22. A madeira das árvores de espécies florestais nativas de uso nobre, definidas em ato normativo do IEF, não poderá ser convertida em lenha



ou carvão, sendo vedada ainda a sua incorporação ao solo.

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102 de 26/10/2021, Art. 30. Para fins de aplicação do art. 22 do Decreto nº 47.749, de 2019, entende-se por madeira de árvores de espécies florestais nativas de uso nobre a madeira proveniente de quaisquer espécies florestais nativas, aptas à serraria ou marcenaria, que permita seu aproveitamento na forma de madeira em toras na fase de extração.

6. COMPENSATÓRIA

6.1. LEGISLAÇÃO RELACIONADA:

- Lei Estadual nº 20.308/2012
- Decreto Estadual nº 47.749/2019
- Lei Municipal Complementar 389/2008
- Deliberação Normativa COMAM nº 10 de 13/12/2017
- Convênio de Cooperação Técnica SEMAD/IEF/UBERABA nº 1370.01.0009/2019-33

6.2. PARÂMETROS PARA A REPOSIÇÃO FLORESTAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL TOTAL (ha):	0,1113 ha
RENDIMENTO LENHOSO TOTAL (lenha +madeira) (m³):	10,3
RENDIMENTO LENHOSO TOTAL DAS ESPÉCIES NATIVAS (m³):	10,3
PROPORÇÃO DA REPOSIÇÃO PARA PLANTIO (6 árvores:1m³):	62 indivíduos a serem plantados
VALOR DA REPOSIÇÃO (lenha +madeira):	R\$ 341,81

6.3. MODALIDADE DEFINIDA PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Lei nº 20.922/2013 e o Decreto nº 47.749/2019, nos termos do art. 114, §1º, III, o requerente optou pelo recolhimento à conta de Arrecadação da Reposição Florestal, para cumprimento da compensação ambiental.

DAE nº: 1501357294431 - R\$ 341,81 (fls. 99-100)

7. CONDICIONANTES

ESPECIFICAÇÃO DAS CONDICIONANTES

PRAZOS

CONDICIONANTE 01: Informar à SEMAM a data de efetivação da supressão, para fins de contagem de prazos das demais condicionantes.

30 dias após a supressão.

CONDICIONANTE 02: Comprovar destinação final adequada do material lenhoso, por meio de relatório técnico com memorial fotográfico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, mostrando e descrevendo o processo de supressão, a estocagem do volume lenhoso antes da destinação e a destinação final em todas as modalidades escolhidas, de acordo como Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Além disso, caso o volume seja destinado para fora da propriedade, apresentar toda a documentação referente ao transporte e destinação final do volume lenhoso doado, comercializado ou destinado ao aterro sanitário. Os certificados e outros documentos pertinentes de destinação final do material lenhoso devem estar expressos em "metros cúbicos-m³", uma vez que é a unidade utilizada na autorização.

30 dias após a supressão.

OBSERVAÇÕES:

- Caso sejam descobertos quaisquer tipos de áreas com restrições ambientais durante a execução do serviço, estas deverão ser respeitadas e o órgão ambiental responsável deverá ser informado.
- Caso a destinação do material lenhoso seja diferente do que foi informado no relatório, o requerente deverá informar no processo, apresentando os comprovantes de destinação ambientalmente correta.
- Esta autorização é válida somente se acompanhada das condicionantes listadas acima.
- Não autoriza intervenção em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- Esta autorização não dispensa nem substitui a necessidade de obtenção/apresentação, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

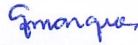
6. O requerente deverá demonstrar a devida e efetiva disposição final adequada dos produtos e subprodutos florestais, oriundos ou advindos da supressão ora autorizada, de conformidade com os pressupostos consignados na legislação vigente.
7. De acordo com o Decreto Estadual nº 47.749/2019, artigo 7º, § 2º, o requerente poderá prorrogar uma única vez o prazo da autorização, por igual período, desde que a solicitação seja feita até 60 dias antes do vencimento da autorização.
8. O produto florestal a ser cadastrado no Sinaflor (Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014) deve ser aquele resultante do corte/supressão independente de necessidade de transporte além dos limites da propriedade.
9. Em caso de controle do transporte, armazenamento, consumo e uso de produtos e subprodutos florestais, no Estado de Minas Gerais seguir a Resolução Conjunta IEF/SEMAD Nº 2248 DE 30/12/2014.

VÁLIDA POR 03 ANOS, com vencimento em 22/09/2028.

Uberaba, 22 de setembro de 2025.



Carolina Guimarães Resende Gobbo
Engenheira Ambiental - CREA-MG 173214D



Graziella Diogenes Vieira Marques
Bióloga SEMAM - CRBio 104.511/4D

CIENTES:



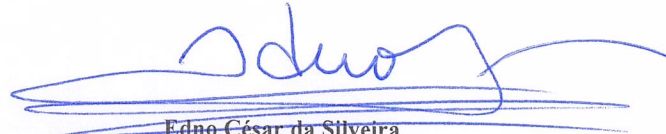
Isis Daniely F. R. Ribeiro
Chefe do Depto. de Recursos Ambientais
Decreto nº 0999/2025



Letícia Rezende Giani
Assessora de Normatização e Controle Processual
Decreto nº 0049/2025



Vinícius Arcanjo da Silva
Secretário Adjunto de Meio Ambiente
Decreto nº 0012/2025



Edno César da Silveira
Secretário de Meio Ambiente
Decreto nº 0011/2025